

FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF

Termo de Referência 77/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
77/2025	153173-FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF	MATEUS RAYNNER ANDRE DE SOUZA	12/08/2025 14:54 (v 5.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	22/2025	23034.037397/2024-89

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23034.037397/2024-89)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 Contratação de serviços contínuos para prestação de serviços continuados de apoio às atividades de comunicação institucional para atender a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de não de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR GLOBAL
GRUPO ÚNICO	1	24988	Jornalista	Posto	4	R\$ 11.508,98	R\$ 46.035,92	R\$ 552.431,04
	2	24988	Publicitário - Especialidade Direção de Arte	Posto	3	R\$ 13.782,74	R\$ 41.348,22	R\$ 496.178,64
	3	24988	Produtor Cinematográfico - Especialidade Mídia Audiovisual	Posto	1	R\$ 13.782,74	R\$ 13.782,74	R\$ 165.392,88

4	24988	Produtor de Imagem - Especialidade Fotografia	Posto	1	R\$ 13.782,74	R\$ 13.782,74	R\$ 165.392,88
5	24988	Analista de Comunicação Social - Especialidade Produção cultural	Posto	2	R\$ 13.782,74	R\$ 27.565,48	R\$ 330.785,76
6	24988	Diretor de Mídia	Posto	2	R\$ 13.782,74	R\$ 27.565,48	R\$ 330.785,76
7	21849	Diárias Nacionais	Unidade	1428	R\$ 536,95	VALOR SEM DISPUTA	R\$ 766.764,60
8	25828	Passagens Nacionais	Unidade	672	R\$ 641,17		R\$ 430.866,24
							R\$ 3.238.597,80

## 1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## 1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, considerando que sua interrupção pode comprometer o andamento das atividades desenvolvidas no âmbito do FNDE, uma vez que sua execução não se exaure em uma única entrega, exigindo prestação ininterrupta para garantir a regularidade e a eficiência das rotinas operacionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração, por viabilizar a continuidade contratual sem a necessidade de sucessivas licitações, favorecendo a previsibilidade orçamentária e a estabilidade na execução do contrato.

1.3.2. A contratação pretendida encontra respaldo no art. 48 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que os serviços a serem contratados são classificados como atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias, prestando suporte às funções institucionais do FNDE, sem se confundirem com as atividades finalísticas ou estratégicas do órgão. Tais serviços poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade pela realização de atos administrativos ou pela tomada de decisões, conforme os limites legais estabelecidos, de acordo com o § 1º do art. 3º Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

1.3.3. Adicionalmente, verifica-se que a contratação está em consonância com os pressupostos do Decreto supracitado, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no seu art. 3º, como aquelas relacionadas a funções de direção, assessoramento, regulação, poder de polícia ou atividades essenciais à competência legal do órgão contratante.

1.3.4. Ressalte-se, ainda, que os serviços em questão não integram as atribuições previstas no plano de cargos do FNDE. Atualmente, a autarquia conta apenas com os cargos de Especialista e Técnico, regulamentados pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que não abrangem, de forma específica, funções relacionadas à comunicação social. Ademais, não se trata de cargo que tenha sido total ou parcialmente extinto, tampouco de cargo atualmente em processo de extinção.

1.3.5. Diante disso, os serviços de comunicação social do FNDE permanecerão sob responsabilidade dos servidores da autarquia, nos termos do §3º do art. 20-A da Lei nº 12.232, de 2010, dado que a contratação ora proposta tem por objetivo a obtenção de apoio e suporte às atividades de gestão estratégica da comunicação institucional por eles executadas.

#### **1.4. Prazo de vigência**

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00378257000181-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: Última atualização: 19/03/2024;
- III) Id do item no PCA: 40, 41, 42, 43, 44 e 45;
- IV) Classe/Grupo: 836 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, 838 - SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS E SERVIÇOS DE REVELAÇÃO/PROCESSAMENTO DE FOTOGRAFIAS; 961 - SERVIÇOS AUDIOVISUAIS E RELACIONADOS (AFINS); 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE, 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 153173-22/2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA é responsável por cumprir a legislação sanitária vigente, assumindo integralmente a responsabilidade por quaisquer multas ou notificações de autoridades competentes.

4.1.2. A CONTRATADA deve operar de acordo com as normas legais e regulatórias aplicáveis, considerando também a legislação ambiental, com o objetivo de prevenir impactos negativos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços.

4.1.3. No desempenho dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas, como a otimização de recursos materiais, a redução de desperdícios e o consumo responsável de água e energia. Além disso, deverá instruir seus profissionais sobre a prática de coleta seletiva e o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, com especial atenção ao uso correto dos recipientes destinados à coleta seletiva, fornecidos nas instalações da Administração.

4.1.4. A empresa licitante deverá anexar à proposta de preços a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, sob pena de recusa da proposta, com o objetivo de garantir a aplicação dos critérios e ações ambientais e socioambientais, incorporando requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública.

4.1.5. A CONTRATADA deverá, conforme o artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentar mensalmente, antes de cada pagamento, a comprovação de que mantém as reservas de cargos previstas por lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como as reservas de cargos estabelecidas em outras normas específicas, por meio da indicação dos empregados que ocupam essas vagas.

4.1.6. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTIMPOG nº 1, de 19/01 /2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências: a) realizar o adequado treinamento em relação a utilização dos equipamentos e sua separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração. a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser separados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização no sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido. b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: b.1) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; b.2) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; b.3) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

4.1.7. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade alinhadas ao Plano de Logística Sustentável do FNDE (PLS-FNDE).

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.3.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.2. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.4. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.3.6. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.
- 4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.15.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

4.15.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

4.15.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.19. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **Instalação de escritório**

4.20. Considerando a natureza das atividades previstas no contrato, não se vislumbra a imprescindibilidade da instalação de escritório físico em Brasília. Ressalta-se, contudo, que é imprescindível que a CONTRATADA disponha de meios adequados para o pleno acompanhamento da execução contratual, assegurando a qualidade, a continuidade e a conformidade dos serviços prestados. Para tanto, a CONTRATADA deverá assegurar, no mínimo:

4.20.1.1. Canal de comunicação permanente com a fiscalização do contrato; e

4.20.1.2. Capacidade técnica e logística para prover os recursos humanos necessários, conforme especificado no Termo de Referência, inclusive em situações emergenciais.

4.20.2. A ausência de estrutura física local não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços, devendo adotar todos os meios necessários para garantir o cumprimento eficiente, contínuo e regular das obrigações contratuais.

#### **Requisitos específicos para o exercício das funções previstas**

4.21. Jornalista (CBO 2611-25): Ensino superior completo em Comunicação Social, Jornalismo ou áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Registro profissional de jornalista. Idade mínima: 18 anos. Conhecimento avançado em língua portuguesa, edição, revisão e diagramação de textos. Conhecimento técnico em textos jornalísticos e de comunicação social. Experiência profissional: mínima de 2 (dois) anos comprovada em carteira de trabalho, por declaração do empregador, por contrato de trabalho ou portfólio na execução dos serviços relacionados à função.

4.22. Publicitário - Especialidade Direção de Arte (CBO 2531-25): Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior (bacharelado) nas áreas de Design Gráfico; Publicidade e Propaganda; Comunicação/Design Visual; Multimídia; Comunicação/Mídia Digital; ou nível superior (tecnólogo) em Design Gráfico, Produção Multimídia, Produção Publicitária ou Mídias Sociais Digitais, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Idade mínima de 18 (dezoito) anos. Conhecimento obrigatório avançado dos softwares Adobe InDesign, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator, Adobe AfterEffects, Adobe

Premier, Corel Draw e Microsoft Office; Experiência profissional: mínima de 2 (dois) anos comprovada em carteira de trabalho, por declaração do empregador, por contrato de trabalho ou portfólio na execução dos serviços relacionados à função.

4.23. Produtor Cinematográfico - Especialidade Mídia Audiovisual (CBO 2621-10): Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior (bacharelado) nas áreas de audiovisual; Rádio, TV e Internet (Radialismo); Cinema; Vídeo; Multimídia; Comunicação/Mídia Digital; ou nível superior (tecnólogo) em Produção Audiovisual ou Produção Multimídia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Idade mínima 18 (dezoito) anos. Conhecimento avançado dos softwares Adobe AfterEffects, Adobe Premiere, Microsoft Word e Excel, de operações e gravações de áudio, sonorização ambiente, sonorização em mesa de som, operação e instalação de projetores multimídia, filmagem em câmera profissional e iluminação básica; conhecimento de operação de câmeras mirrorless, câmera de vídeo e Drones para captação de imagem. Deverá também dispor de conhecimentos em plataformas de videoconferência e transmissões por streaming de lives. Experiência profissional: mínima de 2 (dois) anos comprovada em carteira de trabalho, por declaração do empregador, por contrato de trabalho ou portfólio na execução dos serviços relacionados à função.

4.24. Produtor de Imagem - Especialidade Fotografia (CBO 2621-10): Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior (bacharelado) nas áreas de Comunicação Social, Audiovisual; Rádio, TV e Internet (Radialismo); Cinema; Vídeo; Multimídia; Comunicação/Mídia Digital; ou nível superior (tecnólogo) em Produção Audiovisual ou Fotografia. Idade mínima 18 (dezoito) anos. Conhecimento avançado dos softwares Adobe Photoshop; Adobe Lightroom; CorelDRAW; Affinity Photo; Canva; Pixlr; Fotor; Adobe Illustrator. Conhecimento de operação de câmeras fotográficas. Experiência profissional: mínima de 2 (dois) anos comprovada em carteira de trabalho, por declaração do empregador, por contrato de trabalho ou portfólio na execução dos serviços relacionados à função.

4.25. Analista de Comunicação Social - Especialidade Produção cultural (CBO 2621-05): Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior (bacharelado) nas áreas de Comunicação Social, Tecnólogo em Eventos ou áreas afins. Idade mínima 18 (dezoito) anos. Conhecimento obrigatório em Gestão de Projetos na Administração Pública, Logística e produção técnica de eventos e Planejamento de comunicação para eventos e projetos culturais. Experiência profissional: mínima de 2 (dois) anos comprovada em carteira de trabalho, por declaração do empregador, por contrato de trabalho ou portfólio na execução dos serviços relacionados à função.

## **DESLOCAMENTO A SERVIÇO**

4.26. A CONTRATANTE poderá requerer à CONTRATADA que designe profissionais para realizar viagens a serviço do FNDE para qualquer região do território nacional, desde que haja uma justificativa fundamentada aprovada pelo responsável pelas despesas

4.27. A CONTRATADA será responsável pelo pagamento das diárias e das passagens.

4.28. Estima-se a necessidade de deslocamentos para os seguintes profissionais, durante a vigência contratual, conforme as planilhas de custos e formação de preço anexas a este Termo de Referência:

- 2 (dois) profissionais da equipe de Jornalismo;
- 1 (um) Produtor Cinematográfico (Especialidade: Mídia Audiovisual);
- 1 (um) Produtor de Imagem (Especialidade: Fotografia);
- 2 (dois) Analistas de Comunicação Social (Especialidade: Produção Cultural).

4.29. As diárias serão pagas por cada dia em que o empregado se afastar, com o objetivo de compensar os custos extraordinários referentes à hospedagem, à alimentação e ao transporte urbano.

4.30. Após receber o pedido de viagem da CONTRATANTE, a CONTRATADA emitirá as passagens em até 24 horas e o pagamento das diárias ao empregado deverá ocorrer até 24 horas antes do início da viagem.

4.31. Na solicitação de deslocamento do profissional, a CONTRATANTE verificará previamente se há previsão de valor específico para diárias na Convenção Coletiva de Trabalho vigente. Na ausência de previsão, será adotado o valor fixo de R\$ 536,95 (quinhentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) por dia de trabalho para cobrir despesas com hospedagem e alimentação.

4.31.1. O valor estabelecido será devido por cada dia efetivamente trabalhado pelo profissional em deslocamento a serviço, sendo considerado fixo para todos os fins contratuais.

4.31.2. O referido valor será reajustado conforme as condições estabelecidas no contrato.

4.32. A CONTRATADA será reembolsada integralmente pelo valor gasto pelas passagens mediante apresentação de nota fiscal.

4.33. O empregado terá direito a receber 50% do valor da diária nos seguintes casos:

- Se o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;
- No dia do retorno à localidade onde exerce suas atividades;
- Se um parceiro do FNDE assumir, por outro meio, os custos de hospedagem;
- Se o empregado for hospedado em imóvel pertencente ao FNDE.

4.34 A CONTRATADA deverá prestar contas do deslocamento à CONTRATANTE em até 10 dias úteis, contados a partir do término da viagem, apresentando cópias dos comprovantes de pagamento das diárias e das passagens.

4.35 As despesas deverão ser incluídas pela CONTRATADA na fatura correspondente à prestação dos serviços contratados.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 No ato da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar o planejamento de contratação dos funcionários;

5.1.2.2. O preenchimento das vagas será realizado após análise curricular, a ser realizada pela CONTRATADA, e submetida à validação do cumprimento dos requisitos exigidos;

5.1.2.3. Após a validação do cumprimento dos requisitos pela Contratante, o profissional será alocado pela CONTRATADA e dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade do profissional, para fins de prestação dos serviços e de faturamento;

5.1.2.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela CONTRATANTE;

5.1.2.5. Para assegurar a qualidade dos serviços prestados, a empresa CONTRATADA deverá alocar pessoal qualificado e devidamente treinado e manter adequada política de gestão de pessoas. Os profissionais deverão ser integrantes dos quadros da empresa, contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;

5.1.2.6. A prestação dos serviços será realizada em conformidade com as cláusulas, condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes conforme instrumento contratual;

5.1.2.6.1 A prestação dos serviços será auxiliar e de apoio administrativo;

5.1.2.6.2 É vedado à contratante solicitar ou exigir de empregados da empresa contratada a execução de atividades que extrapolem o escopo do objeto contratual.

5.1.3. Os serviços serão executados mediante postos de trabalho, com carga horária semanal conforme definida no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.3.1 Para o cargo de JORNALISTA CBO 2611-25 a jornada será de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

5.1.3.2. Para os profissionais PUBLICITÁRIO: ESPECIALIDADE DIREÇÃO DE ARTE CBO 2531-25 ; PRODUTOR CINEMATOGRAFICO - ESPECIALIDADE MÍDIA AUDIOVISUAL CBO 2621-10; PRODUTOR DE IMAGEM -



ESPECIALIDADE FOTOGRAFIA CBO 2621- 10; ANALISTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ESPECIALIDADE PRODUÇÃO CULTURAL CBO 2621-05; E DIRETOR DE MÍDIA CBO 2531-20 a carga horária será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

5.1.4. A CONTRATANTE promoverá no faturamento mensal da CONTRATADA a glosa relativa à ausência de cobertura do posto de trabalho, dividindo-se o valor mensal do posto de trabalho pelos dias úteis do respectivo mês, multiplicando-se esse resultado pela soma dos dias úteis da ausência de cobertura, mantendo integralmente os custos de insumos diversos da planilha de custos, quando houver, desde que tenham sido entregues pela CONTRATADA no respectivo mês.

5.1.5. Os empregados deverão ser contratados de acordo com a legislação trabalhista e as disposições constantes em convenções coletivas de trabalho, no que couber.

5.1.6. A escolaridade dos empregados deverá ser comprovada mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição de ensino legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou entidades de classe.

5.1.7. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente, no que se refere aos empregados alocados para a prestação dos serviços contratados.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados na sede do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco F, Edifício FNDE, Brasília/DF, bem como em outras localidades, conforme a necessidade de apoio a eventos dos quais o FNDE venha a participar.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: entre 7 e 20 horas, de segunda a sexta-feira, com jornada diária compatível com os termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A ASCOM irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos de cada profissional contratado.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. **Jornalista:** Preparar matérias jornalísticas para divulgação em diversos meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão, rádio, internet e mídias sociais. Redigir textos originais e informativos, tanto de caráter factual quanto institucional, com base em dados fornecidos pela contratante. Garantir a qualidade do conteúdo produzido, zelando pela clareza, precisão e aderência ao estilo e objetivos de comunicação definidos. Participar ativamente da elaboração de pautas editoriais, redigindo notícias, realizando entrevistas e checando informações. Desenvolver pautas semanais que despertem o interesse do público-alvo, com foco nos temas estratégicos da contratante. Criar e organizar pautas para imprensa, alinhando-as com as necessidades de visibilidade e imagem institucional da contratante. Criar e produzir conteúdo para plataformas digitais, incluindo postagens em redes sociais, blogs e newsletters, sempre alinhado às estratégias de comunicação digital da contratante. Monitorar as ações de comunicação digital, avaliando seu impacto e propondo melhorias com foco em transparência, adesão e engajamento do público-alvo. Identificar oportunidades e falhas nas ações de comunicação e sugerir melhorias estratégicas para otimizar a presença e imagem da contratante nos meios digitais e tradicionais. Examinar minuciosamente os dados e informações fornecidas, garantindo a compreensão completa dos conteúdos. Realizar pesquisas adicionais, quando necessário, para garantir precisão e profundidade nas produções. Redigir, reelaborar e ajustar textos técnicos, acadêmicos ou institucionais, transformando-os em conteúdos claros, objetivos e acessíveis, respeitando as normas de linguagem e os padrões da comunicação pública. Realizar a revisão detalhada de textos e reportagens, atentando-se a aspectos como gramática, sintaxe, ortografia, pontuação e adequação do estilo ao público-alvo. Garantir que o conteúdo esteja livre de erros, seja coeso, coerente e conforme as diretrizes de comunicação pública. Desenvolver textos para diferentes plataformas, incluindo postagens em redes sociais, e-mails marketing, newsletters, banners digitais, peças publicitárias e materiais institucionais. Assegurar que o tom, a voz e a mensagem estejam alinhadas com as estratégias de comunicação da autarquia. Colaborar com a equipe para garantir que todos os materiais escritos contribuam para a construção e manutenção dos processos informativos e garantir seu alinhamento com a legislação e normativos vigentes. Adaptar conteúdos escritos para diferentes formatos e canais de comunicação, como plataformas digitais (redes sociais, blogs, sites), materiais impressos e outros meios. Garantir a coerência do conteúdo em todos os canais e a manutenção da imagem institucional. Auxílio no atendimento, articulação, produção e envio de respostas às demandas dos veículos de comunicação. Realização de contatos proativos com veículos de

comunicação para prospecção de pautas, incluindo a elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para imprensa (jornais, revistas, TV, rádio). Apoio na elaboração, organização e convocação de entrevistas coletivas presenciais e digitais (hangouts, lives). Criação e atualização de perfis de profissionais de imprensa e veículos de comunicação, tanto regionais quanto nacionais. Elaboração e atualização de Mailing Nacional. Análise de mídia televisiva nacional e regional. Elaboração de diários de clipping e planejamento de estudos ou levantamentos para avaliar a percepção de imagem da contratada pelos seus públicos de relacionamento, bem como a identificação de temas sensíveis e tendências. Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.

5.4.2. Publicitário - Especialidade Direção de Arte: Criar, elaborar e executar material gráfico, como livros, revistas, jornais, periódicos, formulários, entre outros. Executar projetos de direção de arte, utilizando programas gráficos como Corel Draw, Illustrator, InDesign, Photoshop, entre outros. Realizar serviços de técnicas editoriais, como diagramação, montagem, paginação, numeração e arte final, utilizando composição eletrônica. Planejar serviços de pré-impressão gráfica. Realizar a programação visual gráfica e a editoração de textos e imagens. Operar processos de tratamento de imagem e conteúdo multimídia. Elaborar projetos de criação visual detalhados, tanto impressos quanto digitais. Realizar a diagramação e animação de apresentações para projeção ou exibição eletrônica, incluindo recursos como ilustrações, imagens, vídeos e infográficos, conforme conteúdo, roteiro e programação visual previamente estabelecidos. Organizar e coordenar o desenvolvimento de conteúdos gráficos, ajustando-os conforme a estratégia visual e as necessidades comunicacionais. Criar e implementar soluções de design interativo, como websites, landing Pages e aplicativos. Criar conceitos visuais consistentes para campanhas publicitárias, lançamentos de produtos, eventos e outros projetos de comunicação. Criar briefings visuais detalhados que definam as diretrizes de design, estilo e mensagem. Explorar diferentes estilos visuais e tendências, adaptando-as às necessidades específicas de cada projeto e público-alvo. Coordenar a produção de peças gráficas e audiovisuais, distribuindo as tarefas e garantindo que os prazos sejam cumpridos e os padrões de qualidade sejam mantidos. Desenvolver identidades visuais, produtos ou serviços, incluindo logotipos, paletas de cores, tipografia e elementos gráficos. Gerenciar e executar a aplicação consistente da identidade visual em todas as peças de comunicação, assegurando que os padrões sejam seguidos em todos os materiais criados, tanto impressos quanto digitais. Criar manuais de identidade visual e diretrizes para garantir a uniformidade em diferentes plataformas e suportes. Planejar e implementar campanhas visuais integradas. Realizar pesquisas de tendências de design gráfico, estilos visuais e inovações tecnológicas para garantir que os projetos permaneçam relevantes e atuais. Estudar o comportamento do público-alvo e analisar dados para ajustar e otimizar as soluções visuais criadas, garantindo que elas atendam às expectativas e necessidades do público. Planejar e criar conteúdo e soluções visuais para redes sociais, sites, blogs e outras plataformas digitais, considerando as especificidades de cada plataforma e as preferências do público. Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.

5.4.3. Produtor Cinematográfico - Especialidade Mídia Audiovisual: registrar eventos e fatos de diversas naturezas (jornalísticos, artísticos, publicitários, documentais), captando imagens e sons com qualidade técnica e criativa. Responsabilizar-se pela produção de imagens e sons em projetos audiovisuais, como peças publicitárias, transmissões online e conteúdo multimídia, sempre com foco na direção artística, jornalística ou publicitária, conforme o tipo de projeto. Planejar, coordenar e supervisionar todas as etapas da produção de projetos audiovisuais, desde a concepção até a entrega final, garantindo que os objetivos criativos, artísticos e técnicos sejam cumpridos dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos. Participar da definição da estética visual e sonora do projeto, em conjunto com a equipe criativa, colaborando na elaboração de roteiros, storyboards e outros materiais de planejamento visual, auditivo e narrativo. Assegurar que as direções criativas sejam mantidas ao longo da produção. Gerenciar a logística de filmagens, coordenando locações, equipamentos, equipes de apoio e cronogramas, garantindo o bom andamento de todas as fases da produção. Acompanhar cada etapa do processo, assegurando que os procedimentos e cronogramas planejados sejam seguidos de forma rigorosa. Responsabilizar-se pela escolha e preservação dos equipamentos audiovisuais, incluindo câmeras, lentes, iluminação e sistemas de áudio, garantindo que eles atendam às necessidades artísticas e técnicas do projeto, e zelando pela preservação e boa utilização dos recursos. Criar roteiros para vídeos institucionais, apresentações e eventos, com foco na clareza e fluidez da mensagem, sempre atendendo às necessidades específicas de comunicação interna ou externa. Interpretar briefings detalhados e garantir a produção de conteúdos criativos e factuais que atendam aos objetivos do contratante. Gerenciar a execução de projetos textuais, desde a concepção até a entrega final, dentro dos prazos estabelecidos. Realizar edição, tratamento de imagens e áudio, assegurando que os efeitos especiais, animações e finalizações atendam ao briefing criativo e aos padrões técnicos estabelecidos. Acompanhar o desenvolvimento de estratégias de distribuição e exibição do material audiovisual, assessorando na entrega do produto final em formatos adequados para as plataformas de exibição (cinema, televisão, internet, etc.), garantindo que as especificações sejam atendidas para cada meio. Assegurar o cumprimento de todas as normas legais, contratuais e regulatórias aplicáveis à produção audiovisual, incluindo licenciamento de músicas, direitos autorais, autorizações de filmagens em locações externas e

outros aspectos legais relacionados. Garantir a qualidade e integridade do material final, coordenando a entrega e distribuição dos conteúdos audiovisuais para diferentes canais, incluindo campanhas publicitárias, filmes, programas televisivos e conteúdo multimídia. Executar outras atividades correlatas e/ou inerentes ao cargo.

5.4.4. Produtor de Imagem - Especialidade Fotografia: participar do desenvolvimento criativo do projeto, contribuindo para a definição do estilo visual (paleta de cores, composição, iluminação). Pesquisar e selecionar referências visuais que orientarão a estética do projeto. Organizar ensaios técnicos para testar cenários, iluminação, ângulos e equipamentos. Supervisionar a produção de imagens, garantindo que estejam alinhadas ao conceito artístico e técnico do projeto. Ajustar enquadramentos, iluminação e outros elementos visuais. Garantir a consistência da qualidade das imagens capturadas, observando detalhes como foco, exposição e composição. Garantir que as fotografias estáticas usadas na divulgação ou dentro de projetos (como elementos visuais no cenário) transmitam a mensagem correta. Realizar cobertura fotográfica de eventos institucionais, solenidades, reuniões, coletivas de imprensa, seminários, apresentações, audiências públicas e outros temas de interesse da contratante. Produzir e editar fotos digitais em alta resolução, alinhadas à pauta e representando de forma clara e esteticamente apurada a informação, a mensagem, o evento ou o momento descrito no briefing. Organizar e catalogar imagens em bancos de dados/imagens públicos. Selecionar câmeras, lentes e acessórios adequados para atender às demandas artísticas e técnicas da produção. Participar da escolha e análise de locações, verificando as condições de luz e como influenciam a estética fotográfica. Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsável pela sua utilização e guarda. Garantir que as fotografias estáticas e os frames em movimento mantenham consistência com a proposta estética definida. Identificar e corrigir imperfeições nas imagens, como problemas de iluminação ou enquadramento, durante o processo de pós-produção. Adequar as imagens às diferentes plataformas de exibição, ajustando formato e resolução. Supervisionar a inclusão de efeitos visuais (VFX), caso sejam necessários, garantindo que se integrem harmoniosamente ao material original. Organizar e arquivar materiais visuais capturados, garantindo que estejam prontos para edição ou reaproveitamento futuro em bancos de imagens. Coordenar a entrega de materiais visuais finais em conformidade com os prazos e padrões técnicos. Desenvolver elementos visuais que definam a identidade dos projetos. Gerenciar prazos e garantir que as imagens capturadas estejam prontas para edição e entrega final. Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.

5.4.5. Analista de Comunicação Social - Especialidade Produção cultural: planejamento e acompanhamento de Presstrips / Tours. Organização de atividades de imprensa e relações públicas durante viagens oficiais de autoridades do contratante. Auxílio no desenvolvimento de fluxogramas para atuação em crises, incluindo mapeamento de públicos envolvidos, elaboração de manuais de crise e gerenciamento de crise regionais. Atribuições para apresentações em reuniões, seminários, eventos e audiências, com informações factuais e analíticas obtidas de fontes indicadas pela contratante. Auxílio na criação de propostas, realização de pré-produção e finalização dos projetos, auxílio na gestão de recursos financeiros disponíveis para ele. Acompanhamento de todo o processo de planejamento dos eventos, incluindo participação nas reuniões preparatórias e supervisão administrativa, logística e de cerimonial e protocolo. Propor novas iniciativas para a melhoria contínua dos processos e das estratégias de comunicação interna e externa. Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.

5.4.6. Diretor de Mídia: auxílio no Planejamento Estratégico de Mídia; Contribuição em estratégias de mídia, considerando o público-alvo, objetivos e orçamento. Escolher os canais e plataformas digitais para produção de conteúdo. Monitorar e analisar o desempenho das atividades em mídias digitais e redes sociais. Manter-se atualizado sobre as tendências e inovações do mercado de mídia. Incorporar novas tecnologias e metodologias no planejamento de mídia (como mídia programática, data-driven marketing etc.). Auxiliar na ponte entre a ASCOM e os públicos para apresentar estratégias e resultados. Contribuir com análises do comportamento do público em cada rede para segmentação precisa (demografia, interesses, comportamento). Desenvolver estratégias omnichannel, integrando redes sociais com outras plataformas digitais (sites, blogs, e-mail marketing). Monitorar o desempenho em tempo real em redes sociais, realizando ajustes para melhorar o ROI. Testar e implementar formatos inovadores de anúncios (Stories, Reels, carrosséis, vídeos curtos). Estar atualizado com as tendências de algoritmos das redes sociais e aplicar mudanças estratégicas. Testar novas plataformas e formatos de mídia (ex: anúncios em plataformas emergentes como BeReal ou Threads). Monitorar menções à marca e possíveis crises nas redes sociais. Contribuir com planos de ação para gestão de crises digitais. Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.

5.5. A rotina de trabalho de Jornalista será de 25 (vinte e cinco) horas semanais, a serem cumpridas em horário pactuado com a chefia imediata.

5.5.1. A rotina de trabalho dos demais profissionais será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, uma vez que não há demonstração de vantagens funcionais em estabelecer outra jornada de trabalho. A flexibilização de horário e o estabelecimento dos horários de entrada e saída deverão ser pactuados com a chefia imediata.

5.6. É proibido assinar documentos técnicos e atos administrativos em geral, sendo permitida unicamente a assinatura em despachos de mero encaminhamento;

5.6.1. É proibido o acesso às informações classificadas como sigilosas e secretas;

5.6.2. É proibida a atuação em funções exclusivas de servidores públicos, a exemplo de atuação como agente de contratação, gestor de contrato ou fiscal de contrato

5.6.3. É proibida a execução de serviços previstos no caput do art. 3º do Decreto 9.507/2018

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Manter os profissionais devidamente identificados por intermédio do crachá de identificação fornecido para o serviço, vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados.

5.8. O fornecimento deverá se dar em até 30 (trinta) dias do início da execução do contrato, devendo ser substituído quando necessário.

5.9. O crachá deverá possuir foto e trazer impresso a informação “A serviço do FNDE “, tendo as características seguintes:

- a) Material de PVC ou similar, que seja resistente;
- b) Impressão colorida;
- c) Informações: nome, CPF e cargo; e
- d) Foto: com nitidez na resolução.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1 A fixação do salário base justifica-se como medida necessária à preservação da qualidade dos serviços prestados, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, expresso nos Acórdãos nº 6762 /2009 – Primeira Câmara, nº 113/2009 – Plenário, nº 2647/2009 – Plenário, nº 290/2006 – Plenário, nº 1327/2006 – Plenário e nº 1672/2006 – Plenário. Tal providência revela-se essencial, na medida em que, ao se estabelecer previamente o valor do salário base e torná-lo de conhecimento público, busca-se garantir condições adequadas para a contratação e a manutenção de profissionais qualificados ao longo da vigência contratual. A adoção desse critério contribui para a redução da rotatividade de mão de obra, fator que impacta negativamente a eficiência e a produtividade dos serviços, uma vez que a substituição frequente de empregados implica perda de conhecimento específico acumulado, bem como a necessidade de novos períodos de adaptação às rotinas operacionais do setor;

5.10.2. Compete à licitante indicar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que fundamenta sua proposta, considerando o enquadramento sindical ao qual está vinculada. Nos casos em que houver pluralidade de representações sindicais, deverá ser apresentada a norma coletiva aplicável aos segmentos profissionais cujas funções estejam diretamente relacionadas ao objeto da licitação, respeitando-se as categorias profissionais diferenciadas e, quando pertinente, a aplicação de benefícios previstos para a categoria preponderante.

5.10.3. Os salários e benefícios a serem praticados deverão corresponder aos valores indicados na planilha de custos apresentada pela licitante vencedora, observando-se, obrigatoriamente, que tais valores não poderão ser inferiores aos previstos na norma coletiva de trabalho à qual a licitante estiver vinculada.

5.10.4 A verificação da exequibilidade da proposta de preços referente à contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra deverá ser efetuada com base na planilha de custos e formação de preços, devidamente preenchida pelo licitante em conformidade com sua proposta final. Essa planilha integrará o conteúdo da proposta apresentada, devendo ser observados os limites dos preços unitários máximos estipulados no Edital e em seus anexos, bem como o valor global proposto.

5.10.5 É vedado o pagamento de hora extra, permitida a compensação da jornada de trabalho.

5.10.6 As despesas com diárias, passagens e adicional de deslocamento não serão objeto de reembolso direto pela CONTRATANTE. Tais despesas deverão ser incluídas pela CONTRATADA na fatura correspondente à prestação dos serviços contratados, observando-se que os valores faturados terão natureza remuneratória e estarão sujeitos à retenção de todos os tributos aplicáveis.

5.10.6.1 A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória das despesas realizadas, conforme estabelecido neste Termo de Referência, sendo certo que a CONTRATANTE não efetuará reembolsos separados ou posteriores a esse título.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.1. O Contratado não será obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do durante os dias úteis, sendo esta uma decisão discricionária.

6.6.2. Caso o Contratado decida por manter um preposto, o Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.16. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para locais distintos, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.17. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.18. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.19. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.20. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.21. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.22. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.23. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.24. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.24.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.24.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.24.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.24.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.25. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.26. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.27.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

## **Fiscalização Administrativa**

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.31.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.31.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.31.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.31.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.31.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.31.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.31.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.31.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.31.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.31.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.31.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.31.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.31.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.31.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.31.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.31.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.31.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

- 6.31.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.31.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 6.31.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 6.31.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 6.31.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.32. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.33. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.34. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.35. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.36. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.37. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.38. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.42. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.43. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.44. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.45. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.



- 6.46. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.47. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.48. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.49. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.50. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.51. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.52. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.53. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.53.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.53.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.54. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.54.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.54.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.55. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

### **Gestor do Contrato**

- 6.56. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.56.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.56.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.56.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.56.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.56.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.56.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.56.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.56.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.56.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.56.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.57. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

6.58. Os procedimentos administrativos relacionados à organização e à previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados obedecerão ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025, garantindo o cumprimento das diretrizes estabelecidas para a adequada gestão contratual.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme anexo deste termo de referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Tempo de resposta às solicitações da Contratante;

7.4.2. Reposição de empregados em caso de ausência; e

7.4.3. Qualidade dos serviços prestados pelos empregados.

### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 1 (um) mês.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A17] :

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A18] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.1.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.1.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

*7.66. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.*

## **Cessão de Crédito**

7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.67.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela

efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.67.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A30]

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência. A escolha pela utilização da Conta-Depósito Vinculada fundamenta-se na avaliação da relação custo-benefício, considerando as especificidades desta contratação e os riscos inerentes à sua execução. Essa forma de pagamento revela-se mais eficiente sob a perspectiva operacional, por proporcionar maior celeridade, previsibilidade e segurança na gestão contratual. Diante da complexidade e da recorrência dos encargos envolvidos, a Conta-Depósito Vinculada configura-se como a alternativa mais vantajosa em consonância com os princípios da economicidade, da mitigação de riscos e da efetividade no controle dos recursos públicos.

7.70. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.71. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.73. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.75. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.75.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.75.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.75.3. Multa sobre o FGTS; e

7.75.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.77. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.



7.79. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.80. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.81. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.82. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.83. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário .

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem a planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração Pública para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada em contratação similar e na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal 2024/2026 e na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal 2025 /2026, utilizado como paradigma:

9.3.1. Salário-base para JORNALISTA CBO 2611-25 (25 horas): R\$ 5.544,94;

9.3.2 Salário-base para PROFISSIONAIS PUBLICITÁRIOS: ESPECIALIDADE DIREÇÃO DE ARTE CBO 2531-25 (44 HORAS); PRODUTOR CINEMATOGRAFICO - ESPECIALIDADE MÍDIA AUDIOVISUAL CBO 2621-10 (44 HORAS); PRODUTOR DE IMAGEM - ESPECIALIDADE FOTOGRAFIA CBO 2621- 10 (44 HORAS); ANALISTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ESPECIALIDADE PRODUÇÃO CULTURAL CBO 2621-05 (44 HORAS); E DIRETOR DE MÍDIA CBO 2531-20 (44 HORAS): R\$ 5.871,08

9.4. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.5. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.6. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a este Termo de Referência.

## **Exigências de habilitação**

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.26.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho equivalente ao da contratação.

9.35.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação, tratado como estimativa de valor máximo, foi definido por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, perfazendo o montante anual de **R\$ 3.238.597,80** (Três milhões, duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 15253/153173 - FNDE

II) Fonte de recursos: 100000000000

III) Programa de trabalho: 12 122.0032.2000.0053 (ação orçamentária 2000).

IV) Elemento de despesa: 33.90.37

V) Plano interno: VFF37N0113N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

# **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

## **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Não se aplica.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A5]**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **7. DOS CASOS OMISSOS**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **8. ALTERAÇÕES**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.

## **9. FORO**

O contrato oferecerá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos seguintes termos: vigência da contratação; obrigações do contratante; obrigações do contratado; obrigações pertinentes à LGPD; extinção contratual; casos omissos; alterações; e foro.



14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANNE KARINE BANDEIRA ALMEIDA**

Integrante Requisitante Titular



*Assinou eletronicamente em 12/08/2025 às 14:48:09.*

**SABRINE DA SILVA ARAUJO**

Integrante Administrativo

**FRANCISCO ADRIANO DE MELO PAIVA**

Integrante Administrativo Substituto



*Assinou eletronicamente em 12/08/2025 às 14:54:02.*